

STJ00114052

SPENCER
TOTH
SYDOW

A Teoria da Cegueira Deliberada

2ª | revista
edição | atualizada
ampliada

Evolução, debates dogmáticos,
propostas, dificuldades
de aplicabilidade

2022

 EDITORA
JusPODIVM
www.editorajuspodivm.com.br

1212114



Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo

Tel: (11) 3582.5757

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Diagramação: Ana Paula Lopes Corrêa (aninha_lopescorreia@hotmail.com)

Capa: Maitê Coelho (maitescoelho@yahoo.com.br)

• A Editora JusPODIVM passou a publicar esta obra a partir da 2.ª edição.

S982t Sydow, Spencer Toth

A teoria da cegueira deliberada: evolução, debates dogmáticos,
propostas, dificuldades de aplicabilidade / Spencer Toth Sydow – 2. ed. –
São Paulo: Editora JusPodivm, 2022.

320 p.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-65-5680-882-6.

1. Direito Penal. I. Sydow, Spencer Toth. II. Título.

CDD 341.5

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

Sumário

INTRODUÇÃO	23
UM PROBLEMA HIPOTÉTICO DE DIREITO INFORMÁTICO.....	29
DESENVOLVIMENTOS DA CEGUEIRA DELIBERADA.....	37
Uma introdução filosófico-sociológica.....	37
O surgimento da figura da cegueira deliberada no Direito Penal	78
Considerações sobre a teoria da cegueira deliberada.....	87
Dever de cuidado como justificativa dogmática do instituto....	108
Princípio de alta probabilidade como justificativa dogmática do instituto	120
O dolo normativo como alternativa	129
Dificuldades na aplicação do instituto	138
A problemática da conduta composta na teoria da cegueira deliberada.....	139
A atribuição de dever de cuidado a partir de uma conduta ariscada e os deveres estatais	143
A subjetividade da figura da alta probabilidade.....	148
Os limites da legalidade da cegueira deliberada em sentido estrito	153

Posituação de deveres de conhecimento.....	168
O instituto do erro de tipo e seu possível enfraquecimento	175
A proposta espanhola para a cegueira deliberada e tomada de posição	181
A COMPATIBILIDADE DA FIGURA COM O DIREITO BRASILEIRO E A INTERPRETAÇÃO NOS TRIBUNAIS.....	189
Banco Central de Fortaleza	201
Ação Penal nº 470-MG – O caso do mensalão	205
“Operação Lava Jato”	210
OUTROS INSTITUTOS RELACIONADOS COM A CEGUEIRA DELIBERADA.....	215
DOLO, DOLO EVENTUAL E IMPUTAÇÃO	217
A teoria da “ <i>actio libera in causa</i> ”	229
CEGUEIRA DELIBERADA DIRECIONADA PARA OS DELITOS INFORMÁTICOS	239
Características do universo virtual e suas implicações no elemento subjetivo do tipo	243
Elementos da virtualidade na evitação da responsabilidade penal	255
Determinação de autoria virtual.....	256
Relação de Causalidade e Materialidade Delitiva.....	258
Autocolocação da vítima em risco	260
O serviço de <i>cloud computing</i> na rede.....	261
Características do <i>Cloud Computing</i>	267
Os riscos da prestação de serviço de <i>cloud storage</i> e as implicações no Direito Penal	270
O caso Megaupload	273
Introdução	273

O fechamento do serviço Megaupload e as bases acusatórias da justiça norte-americana.....	276
A reabertura do serviço de <i>cloud storage</i> sob novo rótulo (MEGA)	281
Análise da teoria da cegueira deliberada no caso Megaupload, no novo modelo MEGA e na sociedade informática	287
CONCLUSÕES	307
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	311